

26 OUT 2003

CORREIO BRAZILIENSE

ECONOMIA

## POLÍTICA ECONÔMICA

Juros altos e estagnação da economia fortalecem endividamento público, que cresce a passos lentos mas firmes e já corresponde a 58% do Produto Interno Bruto do país. Economistas temem que governo perca o controle

# Dívida afugenta investidores

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

Arte: Gabriel Góes



Um monstro que se pensava domado está novamente perturbando o sossego do governo. Expresso na moeda nacional, ele representa mais de R\$ 900 bilhões, o correspondente a 58% de todas as riquezas produzidas pelo país em um ano, que são medidas pelo Produto Interno Bruto (PIB). Sem fazer alarde, desde abril último, ele recuperou a musculatura, e, mês a mês, começou a botar as garras de fora. Esse monstro, que deixa arrepiado a maioria dos economistas e analistas de mercado, chama-se dívida líquida do setor público e é apontado como um dos principais entraves para o crescimento do país.

O temor até então pouco perceptível em relação à dívida pública, tornou-se evidente na semana passada, quando a Consultoria Global Invest divulgou uma pesquisa com o sentimento de 504 profissionais do mercado financeiro para os próximos seis meses. Instigados a apontarem a maior preocupação no atual quadro econômico do país, um terço deles não titubeou, cravando o crescente endividamento do governo. Pior, para 45% dos entrevistados, a dívida líquida do setor público, que inclui os débitos da União, dos estados e dos municípios, é insustentável, seja no curto, no médio e no longo prazos.

## Sem sucesso

O que atormenta os especialistas é o fato de o governo estar fazendo um esforço monumental para estancar o crescimento da dívida sem o menor sucesso. Desde que tomou posse, em meio a um clima de incerteza sobre os rumos do endividamento — o medo de calote era explícito — o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu dar um choque de credibilidade. Aumentou o superávit primário das contas públicas de 3,75% para 4,25% do PIB. Com essa decisão, quis mostrar que a sobra de caixa, depois de pagas as despesas, seriam usadas para abater um pedaço da dívida e, dessa forma, evitar que o monstro recuperasse as forças.

“O que estamos vendo, no entanto, é uma dívida crescente, mesmo que a passos lentos”, resalta o economista Ricardo Amorim, chefe, em Nova York, do Departamento de Pesquisas para América Latina da Consultoria IDEAglobal. Esse crescimento, diz ele, está acontecendo, independentemente do superávit primário e da queda do dólar, que corrige metade do endividamento público. Amorim está tão cético quanto à promessa do governo Lula de estabilizar a relação entre a dívida pública e o PIB, que prevê: este será o nono ano consecutivo de aumento nesse indicador. Os motivos: o baixo crescimento da economia e as elevadas

taxas de juros.

Os números — que serão atualizados na sexta-feira pelo Banco Central — reforçam a análise de Amorim. Apenas entre janeiro e agosto deste ano, a dívida pública custou R\$ 102,4 bilhões em juros, o equivalente a 10,2% do PIB. Descontado o superávit primário que o governo contabilizou no período, de R\$ 49,293 bilhões, sobrou um rombo de R\$ 53,125 bilhões.

## O IMPACTO

De janeiro a agosto o governo gastou com juros

**R\$ 102**  
bilhões

Sem dinheiro suficiente para cobrir o buraco, o jeito foi o governo incorporar essa parcela dos juros à dívida. “Estamos diante de uma bola de neve que não sabemos quando vai parar de crescer”, costuma dizer Carlos Antonio Magalhães, vice-presidente da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec).

O tamanho da dívida pública chegou a um patamar tão assustador, que até a redução nas taxas de juros se tornou um problema. No seu entender, como o endividamento público é grande demais e sempre está ligado a boatos de calote, os investidores exigem um prêmio de risco para financiá-lo. Ou seja, se os juros caírem demais, o interesse em aplicar em títulos emitidos pelo governo, que somam R\$ 707 bilhões e representam 78% da dívida líquida, cairá drasticamente.